

Novo Bolsa Família reúne nove benefícios

« **AUXÍLIO** » Proposta de reformulação do Bolsa Família, rebatizado de Auxílio Brasil, foi entregue ontem na Câmara e prevê três benefícios básicos e até seis auxílios complementares, mas nenhum tem o valor definido

Brasília (AE) - Em sua maior aposta para recuperar popularidade e pavimentar o caminho para a reeleição, o presidente Jair Bolsonaro apresentou nesta segunda-feira (9) sua proposta de reformulação do Bolsa Família, rebatizado de Auxílio Brasil - estratégia para tentar desvincular o programa social das gestões do PT.

O novo desenho prevê três benefícios básicos e até seis auxílios complementares, mas nenhum ainda tem o valor definido. O desenho prevê como complementos bolsas de incentivo ao esporte, iniciação científica, creche, além de auxílios para inclusão produtiva rural e urbana e um benefício compensatório de transição para atuais beneficiários do Bolsa Família. Segundo o governo, os beneficiários que tiverem aumento da renda e saírem da faixa de inclusão do Auxílio Brasil serão mantidos na folha de pagamento por mais dois anos (24 meses), como parte das "medidas emancipatórias".

Bolsonaro atravessou a pé a Esplanada dos Ministérios para entregar o texto da medida ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), seu aliado que prometeu celeridade no processo. A medida precisa ser aprovada ainda neste ano para não esbarrar em veto da legislação eleitoral. Durante a cerimônia, Bolsonaro voltou a dizer que a nova versão do Bolsa Família deve ter um reajuste de "ao menos" 50%,



Presidente Bolsonaro apresentou ontem o texto da medida provisória que cria o Auxílio Brasil ao presidente da Câmara, Arthur Lira

o que levaria o valor médio - hoje em R\$ 189 - para algo em torno de R\$ 285 mensais.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, porém, a definição de quanto os beneficiários receberão se tornou uma queda de braço entre as alas política e econômica do governo. A equipe econômica afirma que o espaço no Orçamento de 2022 comporta até R\$ 300. Acima disso, seria pago um "bônus variável" com parte dos recursos obtidos pelas privatizações.

No entanto, a ala política quer garantir um valor médio maior, de R\$ 400. Na semana passada, Bolsonaro disse que "outros 50%" seriam anunciados pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. A divergência está no "bônus" a ser pago aos beneficiários sempre que uma empresa estatal for privatizada. A ala política reclama que esses valores são incertos e podem demorar a cair na conta das famílias que estão no programa. Para esse grupo, o incerto é "ruim politicamente" e o melhor seria estabele-

cer desde já um valor maior, de R\$ 400. Para a equipe econômica, não dá para "desvirtuar" a lógica do fundo, que terá recursos em caso de haver privatizações e "é incerto por natureza".

Previsão

O ministro da Cidadania, João Roma, disse que o valor dos benefícios deve ser definido até o fim de setembro. Quando isso ocorrer, uma nova medida provisória precisará ser encaminhada ao Congresso. O novo auxílio

deverá ser pago a partir de novembro de 2021, de acordo com os planos do governo.

Roma disse também que o alcance do novo Bolsa Família deve passar dos atuais 14,6 milhões de beneficiários para mais de 16 milhões de famílias atendidas.

O ministro reconheceu, porém, que sem a aprovação da proposta que parcela dívidas judiciais da União para liberar espaço no Orçamento de 2022, o incremento de R\$ 18 bilhões no programa social para conceder

os reajustes e ampliar sua cobertura ficará comprometido.

"Óbvio que todo mundo quer o maior valor possível para o programa social. Nosso desafio é conciliar esse avanço dentro do quesito responsabilidade fiscal", ressaltou o ministro, afirmando que os gastos com o programa ficarão dentro do teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à inflação.

Consignado

A medida provisória apresentada pelo governo prevê que até 30% do valor do novo Bolsa Família possa ser descontado na fonte para abater empréstimos consignados. A medida foi antecipada pelo Estadão em 1º de julho.

Caberá ao Ministério da Cidadania definir as condições de crédito e critérios para a celebração dos acordos de cooperação técnica entre a pasta e as instituições financeiras interessadas em ofertar o empréstimo. O tomador do dinheiro que perder a condição de beneficiário do Bolsa Família continuará responsável pela quitação do empréstimo ao banco.

O empréstimo consignado faz parte da estratégia declarada pelo governo de dar uma porta de saída do programa para as pessoas, uma "emancipação". O argumento é de que o empréstimo pode permitir ao beneficiário comprar produtos que lhe permitam empreender para garantir um sustento, por meio do microcrédito.

PEC que fatia precatórios e muda a correção é entregue ao Congresso

« **DÍVIDAS JUDICIAIS** » Proposta de Emenda Constitucional enviada ao Congresso pelo presidente da República dilui o pagamento de precatórios acima dos R\$ 66 milhões, ao longo de dez anos

Brasília (AE) - O presidente Jair Bolsonaro enviou ao Congresso a proposta que parcela o pagamento de dívidas judiciais da União com empresas, servidores e beneficiários da Previdência, abrindo espaço no Orçamento de 2022 para turbinar o Bolsa Família (rebatizado de Auxílio Brasil) em ano eleitoral. Como mostrou o Estadão, a proposta dilui o desembolso dos "superprecatórios", acima dos R\$ 66 milhões, ao longo de dez anos.

O envio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) foi anunciado pela Secretaria-Geral da Presidência da República nesta segunda-feira à noite. No comunicado, a pasta confirma informação revelada pelo Estadão/Broadcast de que muda também o cálculo de correção de dívidas judiciais - outra medida destinada a abrir espaço para mais gastos do

governo no ano que vem.

A PEC cria ainda um fundo a ser abastecido com recursos de venda imóveis, dividendos de empresas estatais, alienação de participações societárias, concessões e partilha de petróleo. Segundo o governo, os valores poderão ser usados para abater dívida pública ou antecipar o pagamento dos precatórios parcelados. As despesas do fundo ficarão fora do teto de gastos.

No comunicado enviado pela Secretaria-Geral, não há menção ao pagamento de um "bônus" às famílias beneficiárias do Auxílio Brasil com recursos do fundo, como vinha sendo estudado pelo governo. Segundo um integrante da equipe econômica, essa medida não está no texto encaminhado pelo Executivo e será discutida no Congresso para eventual inclusão.

A proposta também muda o índice de correção para Selic, hoje em 5,25% ao ano. Atualmente, os precatórios tributários já têm seus valores atualizados pela Selic, mas os alimentares (que incluem benefícios previdenciários ou que envolvam salários de servidores) são corrigidos por IPCA (que acumula alta de 8,35% em 12 meses) mais o juro da poupança (equivalente hoje a 3,675% ao ano). Na prática, a atualização fica acima de 11% ao ano.

Para 2022, são estimados R\$ 30 bilhões em precatórios previdenciários e R\$ 13,7 bilhões em dívidas judiciais relacionadas a gastos com pessoal da União. É quase metade dos R\$ 89,1 bilhões previstos para o ano que vem. No comunicado, a Secretaria-Geral da Presidência cita que o custo com correção de precatórios alimentares pode chegar a IPCA mais 6% ao ano.

gar a IPCA mais 6% ao ano.

As faixas

Até R\$ 66 mil (requisições de pequeno valor): à vista. Acima de R\$ 66 milhões: poderão ser pagos em dez parcelas, sendo 15% à vista e o restante em parcelas anuais. Outros precatórios: poderão ser parcelados se a soma total for superior a 2,6% da receita corrente líquida da União, sendo o critério sempre os de maior valor. Segundo o Ministério da Economia, com essa regra, em 2022, seriam parcelados precatórios acima de R\$ 455 mil.

O presidente da Comissão Especial de Precatórios da OAB Nacional, Eduardo de Souza Gouveia, criticou o parcelamento e afirmou que o governo contraria entendimento já consolidado no STF sobre a atualização monetária desses valores.

« IMPOSTOS »

Aéreas estimam impacto anual de R\$ 5 bi com reforma do IR

Fim da isenções, afirma Abear, ameaça a capacidade de retomada do setor a partir de 2022

A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) e outras oito entidades setoriais lançaram um manifesto na noite desta segunda-feira demonstrando "preocupação" com o Projeto de Lei 2337/21, que trata de mudanças no imposto sobre a renda no âmbito da reforma Tributária. Segundo a Abear, o fim da isenção de PIS/Cofins e de imposto de importação para peças e partes de aeronaves "ameaça a capacidade de retomada do setor a partir de 2022", ao gerar um custo adicional de R\$ 5 bilhões por ano, considerando a aviação geral e demais integrantes da cadeia.

"O projeto de lei acaba com essas duas isenções históricas, que devem ter mais de 30 anos, e vai na contramão da reinserção do Brasil no caminho da retomada", afirmou o presidente da Abear,

Eduardo Sanovicz. Segundo ele, estes tributos não são cobrados no mercado externo e a decisão de isentar as empresas do setor no Brasil deve-se aos altos custos de operação, notadamente com querosene de aviação e a carga tributária.

De acordo com o manifesto, o custo bilionário adicional por ano poderá ser gerado porque o PL 2337/21 restabelece PIS/COFINS sobre importação e venda no mercado interno de aeronaves, partes e peças e serviços de manutenção e Imposto de Importação e Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre partes e peças e uma série de elementos necessários à manutenção de aeronaves.

Conforme a Abear, seriam R\$ 3 bilhões adicionais, por ano, na aviação comercial e R\$ 2 bilhões nas demais áreas, como na aviação agrícola. O texto destaca ainda que o potencial impacto negativo "não será compensado pela redução do IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) sobre lucro, uma vez que neste contexto de crise sanitária e retomada, as empresas da aviação não têm operado com lucros".

Casa dos Ventos investe R\$ 1 bi em expansão para ter parques híbridos

« **ENERGIA** » Expectativa da empresa Casa dos Ventos é que esses projetos entrem em operação junto com as eólicas, previstas para 2023. Capacidade instalada deve passar para cerca de 2 GW

Após comercializar 730 megawatts (MW) médios dos complexos eólicos Rio dos Ventos e Babilônia em contratos de longo prazo, a Casa dos Ventos já trabalha para expandir em aproximadamente 400 MW os empreendimentos transformando-os em parques híbridos, com projetos de geração solar fotovoltaica que utilizarão áreas próximas aos aerogeradores e parte da estrutura de transmissão já construída no local. O investimento estimado na expansão é de R\$ 1 bilhão.

Com a expansão, os empreendimentos devem passar dos 1,5 gi-

gawatts (GW) atuais para quase 2 GW de capacidade instalada, segundo o diretor de Novos Negócios da Casa dos Ventos, Lucas Araripe. A expectativa da empresa é que esses projetos entrem em operação junto com as eólicas, previstas para 2023. "Isso traz mais energia para o nosso portfólio, e estamos vendo a estratégia para colocá-la no mercado", disse.

Hoje, a Rio do Vento já é considerado um dos maiores complexos eólicos do mundo, com capacidade para produzir mais de 1 GW de energia. Ele será implantado no Rio Grande do Norte e sua primei-

ra fase entrará em operação comercial neste ano, enquanto a segunda está prevista para começar a produção no início de 2023.

Como as eólicas têm pico de produção no período noturno, e a solar durante o dia, a estratégia de unir as duas fontes também reduz a intermitência da geração nos projetos da empresa. "A ideia é tornar híbridas as plantas eólicas para trazer energia mais barata, e ao agregar solar temos uma geração mais estável também", diz.

Para esses empreendimentos, a estratégia de comercialização da energia está baseada em garantir

parte da produção em contratos de venda de energia no longo prazo (PPAs, da sigla em inglês), e manter aproximadamente 25% da geração descontratada para ser vendida no mercado de curto prazo pela área de comercialização da empresa, que foi lançada neste ano.

Com isso, dos 730 MW médios já comercializados no mercado, 470 MW médios atenderão grandes consumidores no modelo de autoprodução, enquanto os demais 260 MW médios serão destinados a grandes grupos como a Energisa e a Copel Mercado Livre, que adquiriu 137,6 MW médios pelo prazo de 13 anos.

FIERN **SESI** **SENAI** **IEL**
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA PELO FUTURO DO TRABALHO PELO FUTURO DO TRABALHO PELO FUTURO DA INDÚSTRIA
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 001/2021 - SENAI-DR/RN
Objeto: Contratação de **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, em caráter exclusivo, para operacionalização dos serviços financeiros do Sistema FIERN (FIERN, SESI, SENAI e IEL), referentes à **Folha de pagamento dos empregados e estagiários**, e outras indenizações e também a **concessão de crédito consignado** aos empregados ativos, sem exclusividade.
Abertura dia 08/08/2021, às 09h30min, através do sistema de vídeo conferência.
O edital poderá ser adquirido no site www.rn.senai.br - Informações: (84) 3204.6218 / 6279.
Natal/RN, 09 de agosto de 2021
José Ferreira de Farias
Presidente da CPL do Sistema FIERN

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Caicó/RN, através da CPL, devidamente instituída pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, através de Portaria Municipal nº 156/2021, no uso das suas atribuições legais, vem tornar pública, por questões de alterações na **Composição de Preços, Cronograma Físico e Financeiro, Planilha de Preços e Memória de Cálculo**, a **REPUBLICAÇÃO** da abertura do Processo Licitatório SMSC/RN nº 2021.07.22.0045, na modalidade **Tomada de Preços nº 009/2021**, do tipo menor preço, adjudicação por valor global, visando a **Contratação de empresa destinada a execução da Urbanização, drenagem e pavimentação de rua adjacente próximo a UPA, localizada no bairro Salviano Santos, na zona urbana no município de Caicó/RN. No dia 26 de agosto de 2021, das 08:00 às 08:59 horas**, será realizado o credenciamento dos representantes das empresas licitantes e recebimento do Certificado de Registro Cadastral, e às 09:00 horas iniciará a sessão de recebimento e abertura dos envelopes DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA. O Edital contendo maiores informações será disponibilizado no dia 10 de agosto de 2021 (após a publicação deste aviso na imprensa oficial nas esferas federal, estadual e municipal e jornal diário de grande circulação na região), na Sala das Licitações, situada na Rua Homero Alves, S/N - Conjunto Vila do Príncipe, Caicó/RN, e no sítio virtual www.caico.m.gov.br.
Caicó/RN, 09 de agosto de 2021.
TIAGO GLAYDSON DA SILVA SANTOS
Presidente da CPL SMSC